

DIA NACIONAL DE LUTA

BANCÁRIOS DEFENDEM CAIXA 100% PÚBLICA



Empregados e empregadas da Caixa protestaram no dia 18, em todo o país, contra os ataques à empresa como banco 100% público e em defesa dos participantes da Funcef, o fundo de pensão dos bancários da instituição. No Dia Nacional de Luta, a mobilização organizada pelo Sindicato em Brasília se concentrou em frente ao edifício Matriz I e também dialogou com clientes e usuários nas agências.

A atividade nacional cobrou o pagamento do contencioso pela Caixa e contra o PLP 268/16, que propõe a redução da presença dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão. Os trabalhadores assinaram o abaixo-assinado da campanha "Contencioso:

essa dívida é da Caixa", também disponível no portal do Sindicato.

Enilson da Silva, diretor da Fetec-CUT/CN, lembra que "o desmonte da Caixa, o seu enfraquecimento e sua iminente privatização trariam como prejuízo a perda de uma instituição que é fundamental para a correção das distorções sociais deste país".

VOTAÇÃO SOBRE ABERTURA DE CAPITAL É ADIADA

O governo ilegítimo de Michel Temer propôs alterações no estatuto da empresa, que

abrem o capital da Caixa ao mercado financeiro. Entre as mudanças, está a limitação das despesas com pessoal, que ameaça os direitos dos trabalhadores, e a reversão do papel social da Caixa para sociedade anônima (S/A).

A votação, que seria no dia 18, com a pressão dos empregados, foi adiada. Para **Rafaella Gomes**, diretora do Sindicato, "os empregados da Caixa precisam ficar atentos às tentativas de desmonte da nossa empresa. A alteração do estatuto, por exemplo, foi convocada às pressas para entregar o capital da empresa nas mãos do setor privado".



"Entreguei documento ao Conselho questionando o cunho jurídico das alterações e os prejuízos que a mudança, caso aprovada, trará à Caixa e ao desenvolvimento do Brasil, inclusive divulgando antecipadamente meu voto contrário. Agora,

temos que ampliar nossa ação, cobrando o apoio de mais parlamentares para a nossa luta, além de prefeitos, movimentos e demais entidades", enfatiza a conselheira eleita

Rita Serrano, que representa os empregados no Conselho de Administração.

SINDICATO INTEGRA ATO NO CONGRESSO EM DEFESA DA CAIXA

Um dia antes dos protestos nacionais, a diretoria do Sindicato participou de mais uma manifestação para defender a Caixa 100% pública e contra a ameaça proposta pelo governo Temer de entrega do capital da empresa ao setor privado. O ato foi realizado no Salão Verde da

Câmara dos Deputados e contou com a participação de representantes dos trabalhadores, além de parlamentares. A mobilização foi proposta pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, criada em 13 de junho por iniciativa do senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

SINDICATO DEBATE COM PARTICIPANTES DO REB INCORPORAÇÃO AO NOVO PLANO

O Sindicato e a Fenaie realizaram na quarta 18 a primeira reunião com participantes do REB para falar sobre a proposta de incorporação ao Novo Plano e as formas de pressionar a Caixa e a Funcef para que concluem o processo. Foram discutidas possibilidades de tratamento do assunto junto às duas instâncias, bem como os aspectos jurídicos.

Os participantes também puderam tirar dúvidas e expressar expectativas em torno da questão. Os assessores técnico e jurídico da Fenaie também deram orientações, apresentaram argumentos e números que embasam a proposta de incorporação. Um novo encontro para aprofundamento da discussão está previsto para novembro.

TST MANTÉM DECISÃO QUE OBRIGA BB A GARANTIR O SALÁRIO DOS PREJUDICADOS NA REESTRUTURAÇÃO

O Banco do Brasil tentou mais uma vez se eximir de incorporar aos salários de seus empregados comissões ou gratificações recebidas por dez anos ou mais e suprimidas ilegalmente em decorrência da reestruturação da empresa iniciada em 2016. Mas o TST, onde ingressou com Correição Parcial, manteve a decisão proferida em mandado

de segurança junto ao TRT da 10ª Região e, mais uma vez, o banco não obteve êxito.

A sentença do TRT mantém os efeitos da tutela de urgência antecipada deferida nos autos da Ação Civil Pública que determinou que o banco mantivesse ou voltasse a proceder o pagamento da gratificação de função aos empregados que a recebem ou receberão por 10 anos ou mais função gratificada.

Em decisão monocrática, o ministro do TST Renato de Lacerda julgou improcedentes os pedidos veiculados na Ação Correicional. "Trata-se de mais um passo importantíssimo contra o desmonte do Banco do Brasil e que preserva a estabilidade financeira de seus empregados", resume a secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato, **Marianna Coelho**.

PREVI PLANO 1 TEM SUPERÁVIT DE R\$ 7,34 BILHÕES EM 2017

O Plano 1 da Previ teve um superávit no mês de setembro de R\$ 3,13 bilhões, com uma rentabilidade de 2,47%. Apesar da conjuntura econômica desafiadora, o maior e mais antigo plano da entidade vem apresentando resultados positivos, provando a força da governança e dos ativos da carteira de investimentos.

O resultado do Plano 1 em 2017 é de R\$ 7,34 bilhões, um número que deixa o plano ainda mais próximo de acabar com o déficit acumulado, que caiu para R\$ 6,59 bilhões. Se a rentabilidade da carteira de renda variável se mantiver crescendo, a tendência é que o déficit continue a diminuir em 2018.

Para **Rafael Zanon**, diretor do Sindicato

e conselheiro deliberativo eleito da Previ, uma governança forte com gestão paritária respeitada garante mais tranquilidade mesmo em momento de crise. "A participação efetiva dos diretores e conselheiros eleitos na gestão da Previ, com poder de controle, fortalece a instituição e assegura uma governança de qualidade para os participantes".

COM ISENÇÃO DE TAXA DE CARREGAMENTO, CONTRIBUIÇÕES 2C DO PREVI FUTURO CRESCEM 134%

As contribuições do participante para a parte 2C do Plano (mensais e esporádicas), pagas a partir de agosto de 2017, estão isentas da taxa de carregamento. A medida, além de atender a um pedido dos participantes, está alinhada ao objetivo estratégico de maximização do benefício do participante do Previ Futuro e as vantagens já foram percebidas pelos participantes do plano.

Por conta das informações

divulgadas sobre 2C e devido à isenção da taxa de carregamento, já foi possível observar:

- Elevação do nº de pedidos em 134% para contribuições 2C Mensais em agosto/2017, se comparado com igual período de 2016.
- Aumento de 56% na arrecadação das Contribuições 2C Esporádicas em agosto/2017, se comparado com igual período de 2016.

OFÍCIO AO BB SINDICATO QUER OUVIR BANCÁRIOS SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA DITEC

O Sindicato tem recebido denúncias preocupantes relacionadas ao processo em curso de terceirização dos serviços da Diretoria de Tecnologia (Ditec) do Banco do Brasil, o que consequentemente resultará na precarização das relações de trabalho. Em função das irregularidades, o Sindicato decidiu solicitar aos bancários e às bancárias da Ditec que enviem denúncias, críticas e questionamentos sobre falhas



nos contratos de terceirização em andamento, bem como nos contratos que estejam em fase de levantamento. Em ofício à Ditec, o Sindicato cobra acesso a informações sobre o processo.

RENTABILIDADE DO PREVI FUTURO EM 2017 É DE 12,91%

A rentabilidade do Previ Futuro no exercício de 2017 foi de 12,91%, bem acima da meta do período, que é de 5,02%. A carteira de investimentos do plano é de R\$ 11,26 bi. Entre os ativos do plano, o destaque em

2017 é o segmento de Investimentos Estruturados, que teve uma rentabilidade de 44,86% de janeiro até setembro.

São 3 os fatores-chave que determinam o valor do benefício do participante: contri-

buição, tempo e rentabilidade. Como na fase de acumulação o plano é de contribuição variável, quanto mais tempo de contribuição, mais dinheiro acumulado no saldo de conta. E quanto mais tempo esse dinheiro permanece investido, maior é o efeito acumulado da rentabilidade sobre os recursos.

BANCÁRIOS DO BRB E DO BANRISUL CONTRA ATAQUES PRIVATISTAS

A luta em defesa dos bancos públicos tem ganhado cada vez mais força pelo país. Além da ofensiva da gestão Temer sobre os bancos federais, os governos estaduais também tentam atacar os bancos públicos locais, como é o caso do BRB, no DF, e do Banrisul, no Rio Grande do Sul.

Contra a tentativa de desmonte do patrimônio do povo brasileiro, o Sindicato se une a outras entidades e à população para barrar qualquer ação que coloque em risco os principais agentes financeiros e de desenvolvimento dessas regiões. Em março, inclusive, diretores de Brasília participaram da Assembleia Nacional em Defesa do Banrisul Público, realizada em Porto Alegre.



NOVO ATAQUE AO BRB

Em agosto e setembro, bancários e bancárias do BRB somaram forças à luta em defesa das empresas públicas do DF. Os trabalhadores se mobilizaram contra o PLC 122, de autoria do governador do DF, que mexe na previdência dos servidores do GDF e ameaça a manutenção das empresas públicas da capital. O projeto foi aprovado dia 27 de setembro.

No dia 5 de setembro, bancários e bancárias do BRB se uniram aos trabalhadores da CEB, da Caesb, do Metrô DF e de outras categorias para cobrar a manutenção das empresas públicas em audiência realizada na CLDF (foto).

Depois de derrubar, em 8 de agosto, o Pelo 35/2016, que propunha desobrigar os funcionários do GDF a terem de abrir conta corrente no BRB

para receber o salário, o Sindicato e os bancários do banco lutam contra um novo ataque.

PELO 92/2017

De autoria do deputado distrital Robério Negreiros (PSDB), o Pelo 92/2017 pretende desobrigar os servidores da CLDF de receberem seus salários no BRB. O documento destaca o viés entreguista ao declarar que o banco "está cobrando taxas abusivas de seus correntistas e a não exclusividade com o BRB seria de pequeno impacto".

Segundo **Cristiano Severo**, secretário-geral do Sindicato, para barrar essas negociatas é necessário que "estejamos atentos, mobilizados e dispostos a não deixar prosperar qualquer ação de entrega do BRB ou de mais empresas do povo".

GREVE GERAL

SINDICATO REPUDIA INCOERÊNCIA DO BRB POR NÃO NEGOCIAR DIA 30 DE JUNHO

Na contramão do que fez em maio, quando negociou com o Sindicato a compensação das horas do dia 28 de abril, a direção do banco virou as costas para o diálogo. Assim, os bancários que lutaram por todos realizando a greve do dia 30 de junho contra a reforma trabalhista, a retirada de direitos e em defesa das empresas públicas, estão sendo punidos pela direção do BRB com corte no ponto e salário. Em resposta a essa atitude antissindical da direção do BRB, o Sindicato entregou ofício cobrando negociação, mas recebeu como resposta a desconsideração da greve legalmente deflagrada. A entidade ingressou com ação na justiça e a audiência inaugural será realizada dia 27 de outubro.

BRB DESCUMPRE DECISÃO JUDICIAL SOBRE PAGAMENTO DE SUBSTITUIÇÕES

Em fevereiro, os bancários tiveram ganho de causa em primeira instância na ação coletiva movida pelo Sindicato contra uma norma interna do BRB que suspendeu o pagamento das substituições inferiores a 30 dias. Apesar da decisão judicial, o BRB tem descumprido a sentença, cuja multa diária é de R\$ 2 mil.



os serviços do trabalhador ausente precisam ser executados e determinou que o banco passe a remunerar as substituições não eventuais, inclusive decorrentes de férias.

Raquel Lima, diretora do Sindicato, avalia que, para que se possa levar a cabo

a decisão judicial, torna-se indispensável o apontamento de onde estão ocorrendo as irregularidades. Para registrar a denúncia, os bancários podem encaminhar e-mail para centraldeatendimento@bancariosdf.com.br.

JUIZES E JUIZAS DO TRABALHO PUBLICAM ENUNCIADOS PARA RESISTIR À REFORMA TRABALHISTA



A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) divulgou dia 19 enunciados aprovados em seu último encontro, no qual orientou os associados a não aplicarem integralmente as mudanças

da reforma trabalhista. Os enunciados são uma forte demonstração de que o projeto de lei que mais retira direitos na história terá grandes dificuldades de ser implementado na prática e contará com a resistência da própria magistratura do trabalho.

A 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho – evento onde foram debatidos os enunciados – reuniu mais de 600 juizes, procuradores e auditores fiscais do Trabalho, além de advogados e outros operadores do Direito que, divididos em oito comissões temáticas, debateram mais

de 300 propostas sobre a nova norma. Os enunciados podem ser conferidos no *hot-site* da jornada.

“Advogados trabalhistas e magistrados, em seus respectivos encontros, engrossam o coro com o movimento sindical em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Uma Reforma Trabalhista que careceu de ampla discussão não poderia ter outra reação que não fosse o enfrentamento daqueles que entendem o Direito como instrumento de pacificação social”, avalia a secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato, **Marianna Coelho**.

ABRAT VIRA TRINCHEIRA CONTRA REFORMA TRABALHISTA E ENGROSSA LUTA DA CUT

A Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) declarou sua preocupação e oposição à reforma trabalhista. Segundo a Associação, a lei tem “severos óbices e vícios do processo legislativo” e poderá resultar na precarização dos direitos trabalhistas. O posicionamento da entidade foi registrado na “Carta de Salvador”, documento fruto do XXXIX Congresso Nacional da Advocacia Trabalhista (Conat), realizado de 11 a 13 de outubro, na capital baiana.

“Constata-se que essa Lei foi aprovada no âmbito de um quadro político, econômico e social do país marcado por profundas vulnerabilidades, promovido por um governo desprovido de qualquer apoio popular,

de legitimidade questionada e abalada por uma sucessão de escândalos e denúncias de corrupção e outros crimes, com um Congresso Nacional resultado de um agir estratégico do grande capital para capturá-lo como sua instância deliberativa e não dos interesses nacionais e da população que haveria de estar representada”, denuncia a Carta de Salvador.

Para o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto, a posição dos advogados trabalhistas do Brasil compactua com a luta da CUT e reforça ainda mais a importância do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Plip) pela revogação da reforma trabalhista.

Leia o documento em bancariosdf.com.br.

SÚMULA 372: SINDICATO VAI INGRESSAR COM PROTESTO INTERRUPTIVO

Com a entrada em vigor da reforma trabalhista em novembro, o Sindicato vai ingressar com protesto interruptivo de prescrição na justiça para garantir o direito dos bancários sindicalizados do BB, garantido na Súmula 372 do TST. A Súmula trata da incorporação da remuneração da função gratificada após 10 anos exercendo o cargo.

PARTICIPE DA COLETA DE ASSINATURAS PARA REVOGAR A REFORMA TRABALHISTA

A ação de coletas de assinaturas ao Projeto de Iniciativa Popular (Plip) para revogação da reforma trabalhista está a todo vapor e tem mobilizado trabalhadores de várias categorias. Há diversos pontos de coleta espalhados pelo DF. Participe!

O Projeto de Iniciativa Popular para anulação da reforma trabalhista, que entra em vigor a partir de 11 de novembro, é uma iniciativa da CUT em parceria com



seus sindicatos filiados. A campanha tomou as ruas em 7 de setembro e, desde então, dirigentes sindicais estão empenhados para conseguir alcançar a meta de 1,3 milhão assinaturas – número necessário para que o Plip comece a tramitar no Congresso Nacional.

Materiais sobre a campanha do Plip pela revogação da reforma trabalhista podem ser baixados no site do Sindicato, em bancariosdf.com.br.

O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO AUMENTA A DESIGUALDADE

TEXTO DE MAX LENON,
ECONOMISTA DO DIEESE, SUBSEÇÃO BANCÁRIOS

A igualdade é um valor central em nossa sociedade. Se voltarmos à nossa Constituição de 1988, estão entre os objetivos do nosso país: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; Uma sociedade igualitária não só oferece oportunidades iguais aos seus cidadãos e cidadãs, mas também se preocupa com condições de vida menos desiguais em sua população.

Nas décadas de 1980 e 1990, a desigualdade era apresentada como um problema dos países pobres, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. A Europa, por exemplo, consolidava, desde o pós-guerra, o Estado de bem-estar social, no qual combinava uma economia de mercado capitalista, diálogo social para regulamentar as relações de trabalho, sistema tributário progressivo para financiar as políticas públicas universais de proteção social, saúde e educação e para regular as relações sociais de produção e de distribuição.

A crise de 2008 acelerou o processo, já em curso desde os anos 1980, de financeirização de todo o sistema produtivo e dos fundamentos da economia, de redução do papel do Estado na coordenação do desenvolvimento, de restrição das políticas públicas, de reversão de sistemas tributários progressivos, entre inúmeros outros movimentos.

Considerando-se, assim, as últimas décadas, são visíveis os fatores que explicam as desigualdades no Brasil. Por um lado, há pouca dúvida sobre o que não deu certo: nosso sistema tributário regressivo onera demasiadamente os mais pobres e a classe média por meio de uma alta carga de impostos indiretos e pela perda de progressividade no imposto sobre a renda dos mais ricos.



Para compreender a regressividade e a progressividade de nosso sistema tributário, uma das questões importantes que está relacionada ao tema da desigualdade, deve-se avaliar sua base de incidência como renda, propriedade, produção, circulação e consumo. Neste caso, a base é direta onde a tributação incide sobre renda e patrimônio e indireta quando incide sobre produção e consumo. Nessa sistemática, no Brasil, o tributo é regressivo à medida que tem uma relação inversa com o nível de renda do contribuinte. Nos países europeus ocorre o in-

verso, ou seja, o imposto é progressivo onde na medida em que cresce a renda aumenta a contribuição ao fisco.

Os resultados concretos aparecem e são revelados por inúmeras pesquisas e estudos. Em uma delas, realizada pela Oxfam* divulgou "A distância que nos une", relatório anual que analisa a questão da pobreza e da desigualdade, mostrando que o problema se agrava.

Segundo a Oxfam, no Brasil, apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês".

A desigualdade é uma iniquidade que exige determinação política para ser superada. De um lado, precisa de um posicionamento moral-ético a favor da igualdade, que afirme os valores do sentido social da produção econômica. De outro, requer capacidade política de aglutinar forças sociais capazes de alterar causas que geram a desigualdade desde a produção econômica, reorganizar as formas e os critérios de distribuição da renda e da riqueza, favorecer a atuação do Estado em prol da justiça tributária e pela equidade nas políticas públicas.

** A Oxfam é uma confederação internacional de 20 organizações que trabalham em rede, em mais de 90 países, com a questão da pobreza e das desigualdades.*

SINDICATO PROMOVE CURSOS SOBRE REFORMA TRABALHISTA E TERCEIRIZAÇÃO

Diante da atual conjuntura do país, e ciente de que a formação é um importante instrumento de luta, o Sindicato promoveu os cursos "Reforma Trabalhista e seus impactos nas negociações coletivas", nos dias 12, 13 e 14 de setembro, e "Terceirização: Efeitos sobre as relações de trabalho", nos dias 2, 3 e 4 deste mês, em sua sede. Leia em bancariosdf.com.br.



COMISSÃO DA VERDADE LANÇA LIVRO 'A VERDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO' NA CÂMARA FEDERAL DIA 21/11

O relatório final da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no DF e Entorno, concluído em maio deste ano, se transformou em livro, conforme divulgado pelo Sindicato na ocasião. O lançamento da publicação será no dia 21 de novembro, na Câmara dos Deputados.

Intitulado 'A verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e Entorno', o livro já está disponibilizado na íntegra no site do Sindicato, para leitura. Basta acessar o link: yumpu.com/s/Eka8BKZ45wlhcjgx

As informações apresentadas na publicação sobre as populações negras do DF e En-

torno, especialmente as comunidades quilombolas contempladas no projeto, têm como proposta fornecer subsídios necessários às cobranças de reparação às violações sofridas por elas, e que também sejam reconhecidas por suas lutas cotidianas e alcancem a justiça social de que tanto carecem.



OUTUBRO ROSA TODOS NA LUTA CONTRA O CÂNCER DE MAMA

O prédio do Sindicato ficará iluminado de rosa durante o mês de outubro para chamar a atenção da categoria e da comunidade para a Campanha "Outubro Rosa", que visa conscientizar as mulheres e a sociedade sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama e também disseminar informações sobre as formas de prevenção e sobre os direitos aos exames de rastreamento, diagnóstico e tratamento da doença.



O Instituto Nacional do Câncer (INCA) divulgou estimativa da incidência de cerca de 600 mil novos casos de câncer no Brasil para o biênio 2016-2017. Entre as mulheres, serão apro-

ximadamente 58 mil novos cânceres de mama, o tipo de câncer que mais ocorre depois do câncer de pele não melanoma.

"Precisamos intervir nessa realidade por meio do diagnóstico

precoce e da prevenção e do tratamento adequados. É de suma importância a educação da mulher para o reconhecimento dos sintomas do câncer de mama e que ela esteja orientada a procurar imediatamente os serviços de saúde, quando observar alguma alteração suspeita", destaca **Mônica Holanda**, diretora da Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato.

Saiba como se prevenir desse mal em bancariosdf.com.br.

FUNCIONÁRIOS DA COOPERFORTE ACEITAM PROPOSTA DE ACORDO

Os funcionários da Cooperforte, após longo processo de negociação coletiva, aceitaram proposta de renovação do acordo coletivo de trabalho em assembleia realizada dia 17.

A proposta apresenta reajuste no salário e nas demais cláusulas econômicas de 2,75% (INPC + 1,02), igual acordo celebrado na Convenção Coletiva dos Bancários (cate-



goria predominante do ramo financeiro). O acordo, que terá validade até 31 de agosto de 2018, também prevê a manutenção da maioria das cláusulas sociais, ao contrário da proposta da direção da cooperativa de crédito apresentada no início das negociações que pretendia ajustar o ACT à nova legislação trabalhista, que entrará em vigor no dia 11 de novembro.

SINDICATO E FETEC-CUT/CN COBRAM TRANSPARÊNCIA DO CCB POR REESTRUTURAÇÃO



A comissão negociadora que representa os trabalhadores se reuniu, dia 17, com os China Construction Bank (CCB) para tratar da reestruturação em curso no banco.

O movimento sindical reivindicou os dados dos planos de reestruturação, como o número de locais de trabalho fechados e funcionários demitidos. Representante da

Fetec-CUT/CN na mesa de negociação, Matuzalém Albuquerque reforça que qualquer processo que interfira nas condições de trabalho precisa ser tratado previamente com os trabalhadores. O banco apresentou proposta de acordo para o PPR, que não pode ser discutido antes dos trabalhadores terem retornos a todos os questionamentos.

STF DERRUBA PORTARIA DE TEMER QUE RESTRINGE CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber concedeu nesta terça-feira (24) decisão liminar que suspende a portaria do Ministério do Trabalho que alterou os critérios de classificação do trabalho escravo. Na prática, a portaria libera o trabalho escravo no país.

Pela decisão da ministra, as regras da portaria não podem ser aplicadas, ao menos até o julgamento final da ação que contesta as alterações. Não há prazo para que o mérito da ação seja julgado.

A ministra também afirma na decisão que a portaria, ao restringir o conceito de trabalho escravo, "debilita" a proteção aos direitos dos trabalhadores e representa um "aparente retrocesso" nas normas sobre o tema.

A publicação da portaria 1.129/2017, no dia 16 passado, provocou uma onda de protestos. Em nota, a Central Única dos Tra-



balhadores (CUT) veio a público repudiar e exigir a imediata revogação da portaria.

Segundo a Central, "trata-se de medida que reduz o conceito de escravidão contemporânea, atualmente definido a partir da identificação de pelo menos uma das quatro situações: trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes ou jornada exaustiva. Ao estabelecer o cerce-

amento de liberdade como condicionante para caracterizar condições degradantes e jornada exaustiva de trabalho, a portaria contraria a legislação vigente".

A nota diz ainda que "Temer uma vez mais conduz o governo do país por meio de encomendas privadas de ocasião, neste caso, em benefício dos ruralistas e demais setores com forte incidência de trabalho análogo à escravidão, como o têxtil e da construção civil".

"Esta portaria se soma à medida tomada no mês de julho sobre a redução no orçamento da ordem de 70% para fiscalização do trabalho escravo, inviabilizando na prática também a fiscalização do trabalho infantil e violando frontalmente a Convenção 81 da OIT, sobre a fiscalização do trabalho", complementa a Central.

A matéria na íntegra você lê em bancariosdf.com.br.

FNDC LANÇA RELATÓRIO SOBRE VIOLAÇÕES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Na semana em que a campanha Calar Jamais! completou exatamente um ano de lançamento, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) publicou o balanço das violações à liberdade de expressão registradas ao longo desse período.

O relatório "Calar Jamais! – Um ano de denúncias contra violações à liberdade de expressão", disponível em versão digital, documenta cerca de 70 casos apurados, organizados em sete categorias: 1) Violações contra jornalistas, comunicadores sociais e

meios de comunicação; 2) Censura a manifestações artísticas; 3) Cerceamento a servidores públicos; 4) Repressão a protestos, manifestações, movimentos sociais e organizações políticas; 5) Repressão e censura nas escolas; 6) Censura nas redes sociais; e 7) Desmonte da comunicação pública.

O conjunto das violações comprova que práticas de cerceamento à liberdade de expressão que já ocorriam no Brasil – por exemplo, em episódios constantes de violência a comunicadores e repressão às



rádios comunitárias –, encontraram um ambiente propício para se multiplicar após a chegada de Michel Temer ao poder, que resultou na multiplicação de protestos contra as medidas adotadas pelo governo federal e pelo Congresso Nacional.

A matéria na íntegra você lê em bancariosdf.com.br.

TEMER QUER VENDER ELETROBRAS A PREÇO DE BANANA

Outra empresa pública brasileira na mira do pacote privatista de Temer é a Eletrobras. Apesar de ser a maior instituição do setor elétrico da América Latina, a empresa pode ser entregue à iniciativa privada por R\$ 20 bilhões, um décimo do valor estimado por especialistas.

E o desmonte já começou: no último dia 18, o presidente da Eletrobras, Wilson Pinto, anunciou na rádio CBN o corte de 50% do quadro funcional, passando de 24 mil para 12 mil funcionários. Com isso, as condições de trabalho ficarão precariza-

das, a qualidade do serviço prestado cai, sem mencionar o número de trabalhadores terceirizados.

A entrega da Eletrobras ao mercado internacional trará graves consequências para o povo brasileiro. O principal impacto será o aumento de até 16,7% nos preços das tarifas de energia, como antecipou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Confira o portal www.energianaomercadoria.com.br e some forças à defesa do patrimônio público brasileiro.



1º OKTOBIER DOS BANCÁRIOS: CERVEJA DE QUALIDADE, MÚSICA E MUITA DIVERSÃO



Cevada torrada, malte defumado, aromas de café e chocolate, lascas de barris de whisky envelhecido, lúpulo japonês, limão siciliano. Estas foram algumas das opções apresentadas pelos bancários produtores de cervejas artesanais para o público que participou do 1º Oktobier dos Bancários, na noite do dia 21.

Em clima de festa e descontração, o festival de cerveja promovido pelo Sindicato no espaço Bangalô da AABB reuniu bancários, convidados e familiares para degustar 14 tipos de receitas de cervejas produzidas pela categoria. A animação seguiu ao ritmo de diferentes estilos musicais, com apresentação de bandas compostas exclusivamente por bancários músicos: a Alcoolinos, a Bad Stone e a



Mentechs.

“Cerveja de bancários, banda de bancários. Nosso objetivo foi realmente reunir e confraternizar com a categoria”, disse o diretor da Fetec-CUT/CN e organizador do festival **Juliano Braga**. “A 1a Oktobier foi uma demanda da própria categoria, que é eclética nos seus hobbies. Por se tratar de um hobby crescente, o de apreciação de cervejas artesanais, o Sindicato



abraçou esse movimento”, reforça o diretor da Fetec **Garcia Rocha**, que também participou da organização do festival.

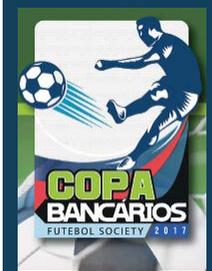
O cervejeiro **Sérgio Luiz Guimarães Farias** (Caixa), que produz cerveja artesanal há aproximadamente três anos, foi o **grande vencedor** do concorrido concurso. Com a nota 76,31 ele ganhou o selo de qualidade da 1ª Oktobier

e a medalha de ouro pela cerveja Oatmeal Stout. Com teor alcoólico 5,9% e amargor 36,4, a artesanal é produzida com malte torrado e mistura de aveia para dar cremosidade à espuma e à cerveja. “Foi o primeiro concurso que eu participei, dentro da categoria, e eu achei ótimo. Receber esse prêmio é um prazer e uma alegria enorme”, disse Farias.

O 2º lugar ficou com **Everaldo Bach (BB)** com a nota 75,85 que participou com as Dunkel Weissbier. Na disputa do 3º lugar, **Adeilton Paz Souza (Caixa)**, com a artesanal estilo Trappist Ale, alcançou a nota 72,65, superando em apenas meio ponto a cerveja estilo Session IPA, com nota 72,15, produzida por Lívio Alves da Costa (BB).

“Não queríamos somente escolher o melhor produtor de cerveja caseira, queríamos também trazer os bancários, seus familiares e amigos que trabalham juntos no dia a dia. Foi uma grande festa nesse sentido, uma competição muito saudável e um evento de confraternização”, avalia o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.

A avaliação das bebidas foi feita pelo júri técnico, composto por sommelieres de cerveja representantes da Associação dos Cervejeiros Artesanais do DF, que avaliaram critérios como cor, aroma e aparência. As notas do júri técnico das duas etapas de avaliação foram somadas às notas do júri popular, com avaliação do público por meio de um aplicativo.



ACOMPANHE TUDO O QUE ESTÁ ROLANDO NA COPA DOS BANCÁRIOS PELO PORTAL BANCARIOSDF.COM.BR.

BANCARIOSDF.COM.BR: TURMAS DE CPA 10 E 20 TÊM INSCRIÇÕES ABERTAS

Expediente **INFORMATIVO bancário**



Presidente Eduardo Araújo de Souza **Secretário de Imprensa** Rafael Zanon (imprensa@bancariosdf.com.br)
Conselho Editorial Fátima Marsaro (BB), Antonio Abdan (Caixa), Cristiano Severo (BRB) e Jorge Kotani (Bancos Privados) **Editor** Renato Alves
Redação Mariluce Fernandes, Joanna Alves e Viviane Claudino (colaboração) **Diagramação** Valdo Virgo e Fabrício Oliveira **Fotografia** Guina Ferraz
Sede SHCS EQ 314/315 Bloco A - Asa Sul - CEP 70383-400 **Telefone** (61) 3262-9090 **Endereço eletrônico** bancariosdf.com.br **e-mail** imprensa@bancariosdf.com.br
Tiragem 24.000 exemplares **Distribuição gratuita** Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF